

GOVERNO REGIONAL DOS AÇORES

Resolução N° 42/2001 de 12 de Abril

Considerando que pela Resolução n.º 101/2000, de 1 de Junho, o Governo Regional dos Açores autorizou a Junta Autónoma do Porto de Ponta Delgada autorizada a abrir um Concurso Público Internacional, nos termos do Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março, com vista à adjudicação da empreitada de construção das obras marítimas do sector de pesca no saco do Porto de Ponta Delgada, na Ilha de São Miguel;

Considerando que se torna imperioso, e até urgente, dotar o sector de pesca do Porto de Ponta Delgada com as infra-estruturas necessárias que contribuam para o desenvolvimento da actividade piscatória;

Considerando que o Governo Regional, tal como ficou consagrado na Resolução acima mencionada, providenciará atempadamente às necessárias transferências do orçamento da Região Autónoma dos Açores para o orçamento privativo da Junta Autónoma do Porto de Ponta Delgada das verbas indispensáveis ao financiamento da obra em apreço;

Considerando que foram cumpridos todos os trâmites legais para que se possa proceder à adjudicação;

Assim, no uso dos poderes que lhe são conferidos pela alínea *b)* do artigo 60.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, e ao abrigo das disposições conjugadas da alínea *e)* do n.º 1 do artigo 10.º do Decreto Legislativo Regional n.º 4/2000/A, de 18 de Janeiro, do n.º 1 do artigo 110.º, e dos artigos 116.º e 120.º, todos do Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março e ainda dos artigos 4.º e 27.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, o Governo Regional resolve o seguinte:

1. Adjudicar a empreitada de construção das obras marítimas do sector de pesca no saco do porto de Ponta Delgada, na Ilha de São Miguel ao consórcio Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A. / OFM - Obras Públicas, Ferroviárias e Marítimas, S.A. / Sociedade de Construções Soares da Costa, S.A. / Marques, Lda., pelo valor de 834.782.186\$00 (4.163.876 Euros), a que acresce o IVA à taxa legal em vigor, de acordo com a sua proposta e pelo prazo de 19,5 meses, e de acordo com a seguinte repartição de encargos por anos económicos:

2000 - 200.000.000\$00, mais IVA;

2001 - 480.000.000\$00, mais IVA;

2002 - 154.782.186\$00, mais IVA.

2. Autorizar a realização da correspondente despesa.
3. Aprovar a minuta do respectivo contrato e autorizar a sua celebração.
4. Delegar poderes no Presidente da Comissão Administrativa da Junta Autónoma do Porto de Ponta Delgada, para outorgar no referido contrato, em nome e em representação da Região Autónoma dos Açores.

Aprovada em Conselho do Governo Regional, Ponta Delgada, 29 de Março de 2001.

O Presidente do Governo Regional, *Carlos Manuel Martins do Vale César*.